

# Consulta com vista à revisão da Diretiva 2012/27/UE relativa à eficiência energética



## Introdução

A consulta foi lançada com o objetivo de recolher opiniões e sugestões de diferentes partes interessadas e cidadãos, na perspetiva da revisão da Diretiva 2012/27/UE relativa à eficiência energética (Diretiva Eficiência Energética ou DEE) prevista para o segundo semestre de 2016.

Esta revisão é importante uma vez que a Comissão, na sua estratégia para a União da Energia de 25 de fevereiro de 2015<sup>1</sup>, convidou os Estados-Membros a considerarem a eficiência energética como uma fonte de energia de direito próprio.

O Conselho Europeu de Outubro de 2014 chegou a acordo sobre um objetivo da UE de poupanças de energia de, pelo menos, 27 % até 2030, em comparação com as projeções, e solicitou à Comissão que procedesse à revisão do objetivo para 2020 «*tendo presente um nível UE de 30%*». O quadro de ação existente deve, por conseguinte, ser atualizado a fim de refletir o novo objetivo da UE em matéria de eficiência energética para 2030 e de o alinhar com o Quadro para o Clima e a Energia para 2030.

A UE tem desenvolvido desde há algum tempo políticas no domínio da eficiência energética que já produziram resultados tangíveis. A Diretiva Eficiência Energética, a Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios<sup>2</sup>, a Diretiva Rotulagem Energética<sup>3</sup> e a Diretiva Conceção Ecológica<sup>4</sup> são as componentes-chave do atual quadro em matéria de eficiência energética. Muitas políticas ligadas ao clima expressas, por exemplo nas normas de desempenho em matéria de emissões de CO<sub>2</sub> dos automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros, dão também um contributo importante para a melhoria da eficiência energética. Graças a esses instrumentos, os Estados-Membros realizaram progressos significativos em termos de poupança de energia ao longo dos últimos (cinco) anos, contribuindo para os objetivos gerais da política energética e climática para 2020.

---

<sup>1</sup> COM(2015) 80 final.

<sup>2</sup> Diretiva 2010/31.

<sup>3</sup> Diretiva 2010/30.

<sup>4</sup> Diretiva 2009/125.

O financiamento público tem desempenhado um papel importante no apoio à aplicação de políticas no domínio da eficiência energética a nível nacional e regional. Verificou-se nos últimos anos um aumento do financiamento devido à crescente importância destas políticas no contexto da agenda geral da UE em matéria de descarbonização. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) são essenciais para libertar os investimentos privados necessários em prol da eficiência energética. Por outro lado, a eficácia e o impacto dos investimentos em eficiência energética dependem fortemente (*inter alia*) da aplicação da legislação neste domínio, nomeadamente da Diretiva Eficiência Energética.

Muitas das medidas hoje adotadas pelos Estados-Membros continuarão, de facto, a contribuir com vista à realização dos objetivos de eficiência energética e para o quadro mais vasto das políticas de energia e clima para além de 2020. Desde a adoção do Plano de Ação para a Eficiência Energética<sup>5</sup> em 2011, verificou-se uma melhoria notável: o consumo de energia primária tem continuado a diminuir em toda a União, apesar do crescimento económico contínuo, tendo muitos Estados-Membros reforçado com sucesso os seus programas nacionais de eficiência energética<sup>6</sup>.

Em consonância com os requisitos estabelecidos na DEE (artigo 3.º, n.º 2), a Comissão procedeu a uma avaliação em 2014 a fim analisar os progressos realizados no sentido do cumprimento do objetivo estabelecido pela UE para 2020 de 20% em matéria de eficiência energética, cujos resultados constam da Comunicação sobre Eficiência Energética adotada em 23 de julho de 2014<sup>7</sup>. Em novembro de 2015, será apresentada uma análise atualizada do modo como os Estados-Membros estão a cumprir o objetivo para 2020 de 20 % de eficiência energética, como parte integrante do pacote sobre o Estado da União da Energia.

Tendo em conta a data recente de transposição da DEE, a presente consulta centra-se na análise dos seguintes elementos da diretiva:

- **Artigo 1.º (objeto e âmbito) e artigo 3.º (objetivo de eficiência energética):** Conforme estabelecido pelo Conselho Europeu de outubro de 2014, que chegou a acordo sobre o objetivo da UE de poupança de, pelo menos, 27% de energia até 2030 em comparação com as projeções e que solicitou à Comissão que procedesse à revisão do objetivo até 2020 «*na perspectiva de [um nível de poupança de] 30%*».
- **Artigo 6.º (aquisições por organismos públicos de edifícios, produtos e serviços com uma boa eficiência energética):** Conforme exigido pela obrigação de apresentar um relatório ao abrigo do artigo 24.º, n.º 8, para análise da eficácia da aplicação do artigo 6.º.
- **Artigo 7.º (regimes de obrigação de eficiência energética):** Em conformidade com o artigo 24.º, n.º 9, que estabelece a obrigação de apresentação de um

---

<sup>5</sup> COM(2011) 109 final.

<sup>6</sup> SWD(2014) 0255 final.

<sup>7</sup> COM(2014) 520 final.

relatório sobre a aplicação do artigo 7.º e a necessidade de abordar a questão do período de obrigatoriedade que terminará após 2020.

- **Artigos 9.º a 11.º (contagem, informações sobre a faturação e custo do acesso às informações sobre contagem e faturação):** Os aspetos ligados ao consumidor contemplados nestes artigos são também visados nas iniciativas lançadas em paralelo sobre uma nova conceção do mercado interno/um novo quadro para os consumidores de energia.
- **Artigo 20.º (Fundo Nacional de Eficiência Energética, financiamento e apoio técnico):** O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (Plano Juncker) reforçou a importância da abordagem das deficiências do mercado no que diz respeito a investimentos em eficiência energética.
- **Artigo 24.º (revisão e acompanhamento da aplicação):** Atendendo ao novo sistema de governação a introduzir na União da Energia no contexto do quadro para 2030, que está atualmente em preparação em paralelo com o presente exercício.

As perguntas da presente consulta sobre os artigos supramencionados são formuladas de modo a respeitar os requisitos do recém-adotado pacote «Legislar Melhor»<sup>8</sup> e a assegurar que os resultados obtidos sejam integrados em dois processos paralelos: em primeiro lugar, para avaliar se as medidas relevantes são eficientes, eficazes e coerentes com o quadro legislativo mais vasto da UE e, em segundo lugar, para identificar as melhores opções políticas a ter em conta para a revisão de aspetos específicos da Diretiva Eficiência Energética como parte da avaliação de impacto.

**Neste contexto, as perguntas de carácter geral para o grande público estão incluídas na parte I. Na parte II é apresentado um conjunto de questões de carácter técnico para um público mais especializado. Os inquiridos são convidados a responder, nas duas partes, a todas as questões que considerem relevantes.**

---

<sup>8</sup> Pacote Legislar Melhor (2015)

## Índice

Secção	
Informações sobre o inquirido	
<b>Parte I — Perguntas de carácter geral</b>	
1.	Artigos 1.º e 3.º
2.	Artigo 6.º
3.	Artigo 7.º
4.	Artigos 9.º a 11.º
5.	Artigo 20.º
6.	Artigo 24.º
<b>Parte II — Questões técnicas</b>	
7.	Artigo 6.º
8.	Artigo 7.º